

PROPOSTA

Agendo-se
M

A cidade do Porto manifesta uma insuficiência de equipamentos desportivos disponíveis para a prática desportiva geral, encontrando-se atualmente a Câmara Municipal ativamente empenhada na resolução dessa lacuna, com a construção de uma rede pública de equipamentos desportivos e de lazer que possa servir os naturais anseios da população.

A requalificação do equipamento desportivo existente, designado por Campo do Outeiro, hoje em notório estado de degradação, é um compromisso de décadas do município com a comunidade local.

Para esse efeito, é necessário ampliar a área afeta a esse equipamento desportivo, de forma a ajustar as suas dimensões às oficialmente requeridas, a alterar a sua orientação, bem como a construir um edifício de apoio ao campo de futebol.

Por esse motivo, a partir de 2010, a Câmara Municipal encetou negociações com os proprietários das várias parcelas com vista à sua aquisição para proceder à construção do complexo desportivo do Outeiro. As referidas negociações foram bem-sucedidas, pelo que se encontra em curso o procedimento que visa a contratação da *'Empreitada de Construção do Campo do Outeiro - Instalações desportivas'*.

Esta reformulação urbanística necessária para a construção do complexo desportivo implica uma ocupação parcial do leito da Travessa de Lamas (ver anexo 1), que atualmente já não constitui um espaço de circulação pedonal, nem serve de acesso exclusivo a qualquer prédio.

M

Assim,

Considerando que:

1. Foi aprovado, por despacho do Sr. Vereador dos Pelouros do Urbanismo, Espaço Público e Património de 04/10/2018, o projeto tendo em vista a execução das Instalações Desportivas do Campo do Outeiro - Complexo Desportivo do Outeiro.
2. O referido projeto sobrepõe-se parcialmente com o leito da Travessa de Lamas, da Freguesia de Paranhos, desta cidade, numa área de 202m², e as seguintes confrontações:
 - a. a Norte com Rua Henrique Sousa Reis;
 - b. a Sul com Município do Porto;
 - c. a Nascente com Travessa da Lamas e
 - d. a Poente com Travessa da Lamas.
3. Conforme melhor se identifica a carmim na planta que aqui se junta como Anexo 1, esta parcela corresponde a uma área integrada no domínio público desde tempos imemoriais.
4. Atualmente esta parcela já não possui as características que justificavam a sua integração no domínio público por não se encontrar no uso direto e imediato pelo público em geral, na medida em que não constitui um espaço de circulação pedonal, nem serve de acesso exclusivo a qualquer prédio.
5. Perante estes factos, foram publicados em 30 de janeiro de 2018 os editais devidos para dar publicidade à intenção do Município proceder à desafetação do domínio público da área referida no considerando segundo, conforme o disposto na alínea d), do n.º1 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), tendo sido afixados nos lugares de estilo, nomeadamente no Gabinete do Munícipe, na Junta de Freguesia de Paranhos e no local da desafetação, tendo-se ainda procedido à publicitação no sítio da



CMP (<http://www.cm-porto.pt>), no Balcão Virtual e num jornal diário (Correio da Manhã de 30 de janeiro de 2018).

6. Decorrido o prazo fixado nos editais (20 dias úteis) para a apresentação de pronúncias, constatou-se que não foi apresentada qualquer reclamação ou oposição à desafetação.
7. No âmbito do processo de desafetação foram consultadas as seguintes entidades:
 - a. DMMT - Direção Municipal de Mobilidade e Transportes;
 - b. EDP, Distribuição – Energia, S.A.;
 - c. Portgás – Distribuição, S.A.;
 - d. MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.;
 - e. CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, E.M. (Águas do Porto, E.M.);
 - f. NOS Comunicações, S.A.
8. Consultadas as entidades competentes, não foram identificadas quaisquer condicionantes à desafetação do domínio público.
9. Encontram-se assim reunidos todos os pressupostos para que seja promovida a desafetação da parcela de terreno aqui em apreço nas condições supra enunciadas.
10. É da competência da Assembleia Municipal deliberar sobre a afetação ou desafetação de bens do domínio público municipal, como dispõe a alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
11. Compete à Câmara Municipal apresentar propostas à Assembleia Municipal sobre matérias da competência desta, como resulta da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma lei.



Propõe-se que:

A Câmara Municipal do Porto submeta a deliberação da Assembleia Municipal a decisão sobre a desafetação da parcela de terreno que corresponde a uma área integrada no domínio público municipal desde tempos imemoriais, sita à Travessa de Lamas, da Freguesia de Paranhos, desta cidade, delimitada a carimim na planta que aqui se junta como Anexo 1 e que aqui se dá por integralmente reproduzida, com as seguintes características:

- área de 202m²;
- a confrontar do Norte com Rua Henrique Sousa Reis, do Sul com Município do Porto, do Nascente e do Poente com Travessa da Lamas.

Porto, Paços do Concelho, 11 de fevereiro de 2020

visado.

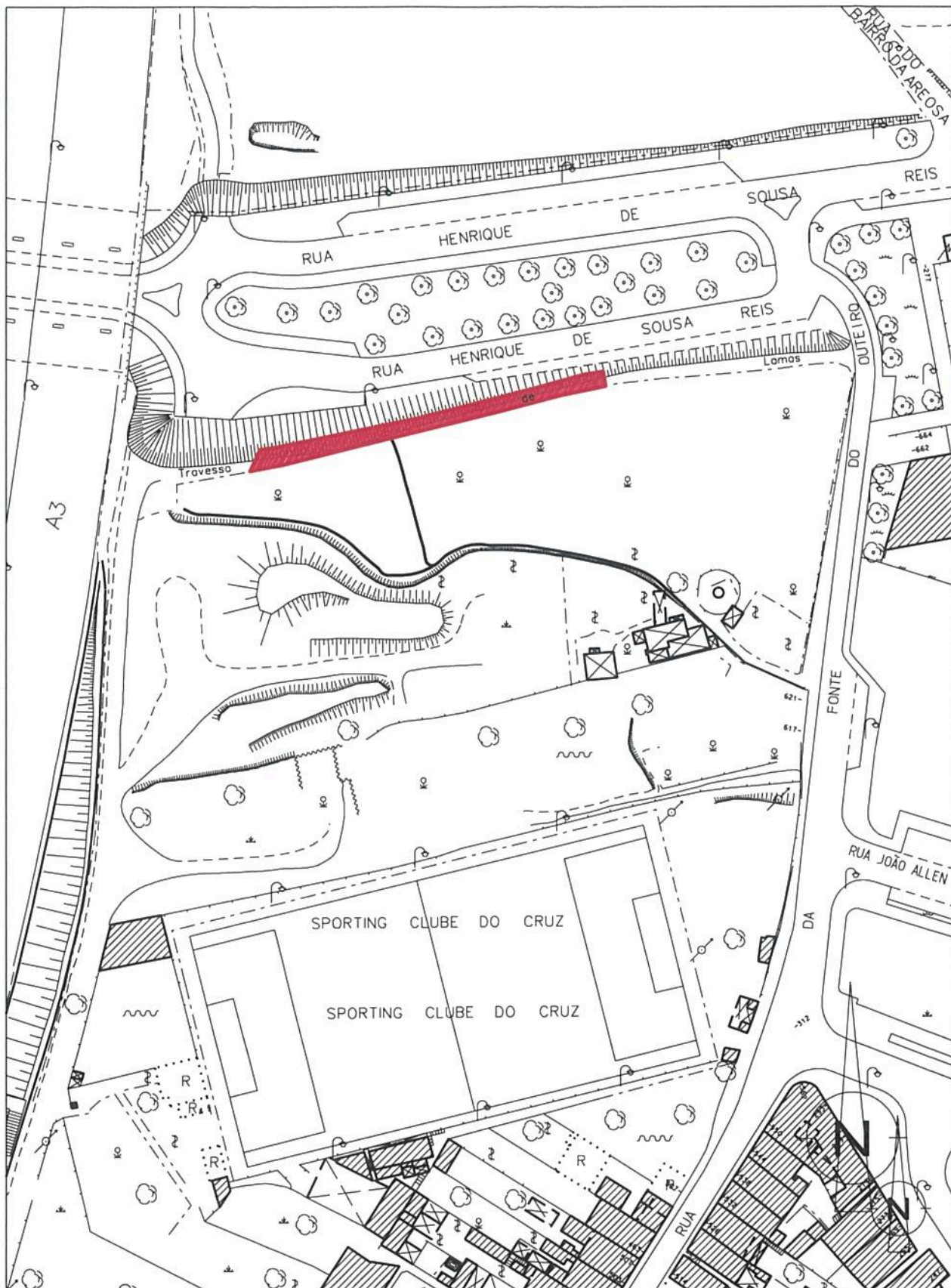

Visada
Direção Municipal de Serviços Jurídicos

O Vereador dos Pelouros do Urbanismo, Espaço Público e Património


Pedro Baganha

Anexos:

Anexo 1 - Planta da parcela de terreno objeto de desafetação



Designação:

Travessa de Lamas

Desenho N.º

DESAF.032.18

Designação:



Parcela a Desafetar=202m2

Antecedentes:

Processo N.º

DESAF.005/2019

Confrontações:

Norte: Rua Henrique de Sousa Reis
Sul: Município do Porto
Nascente: Travessa de Lamas
Poente: Travessa de Lamas

Data:

2018-01-19

Revisão:

A

Desenhou:

Fernando Sousa

Escala: 1/1000

Verificou:

Fátima Pereira

Folhas: H11-11



CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

Assunto: Desafetação de parcela de terreno do domínio público municipal, sita à Travessa de Lamas.

NUD/66816/2020/CMP

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

Reunião Pública do Executivo Municipal de 24 de fevereiro de 2020.

O Diretor Municipal da Presidência

Adolfo Sousa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

**Assunto: Deliberação sobre Desafetação de parcela de terreno do domínio público municipal, sita à Travessa de Lamas.
NUD/66816/2020/CMP**

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

**Sessão Extraordinária de 09 de março de 2020.
(Continuação da Sessão Extraordinária iniciada em 02 de março de 2020)**

O Presidente

Miguel Pereira Leite

A 1.ª Secretária

Paula Ribeiro de Faria

O 2.º Secretário

José Serôdio